

17 de junho

DIA MUNDIAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

GILBUÉS-PI

A fragilidade do semiárido

A degradação ambiental em seus diversos níveis de intensidade é uma realidade em diferentes partes do mundo, no entanto, nas regiões com menor precipitação pluviométrica, mas com população relativamente densa, gera-se uma maior preocupação, uma vez que a consequência direta desse processo tem sido o empobrecimento generalizado dos ecossistemas e das populações que residem nestas áreas.

A relação entre pobreza e degradação ambiental é mais evidente em regiões de ecossistemas mais fragilizados, a exemplo das terras secas (termo inclusivo para áreas com clima árido, semiárido e subúmido seco), com índice de aridez maior do 0,05 e menor que 0,65, definidos pela razão entre os valores médios de precipitação anual (P) e evapotranspiração potencial (ETP), conforme o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A degradação das terras nas regiões com clima árido, semiárido e subúmido seco é denominada de desertificação, conforme Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação. Neste sentido, a preocupação com a desertificação das terras e dos ecossistemas a elas associados decorrem da extensão territorial que as mesmas ocupam no planeta (cerca de 41% das terras emersas), do contingente populacional que vivem nessas áreas (35,5% da população mundial); da importância econômica que possuem, principalmente nos países ainda em desenvolvimento e; da fragilidade ambiental que apresentam perante outros ecossistemas, sejam sob condições de cultivo ou naturais.

- **41,2% DAS TERRAS SÃO DESERTOS E TERRAS ÁRIDAS.**
- **6,6% SÃO DESERTOS E 34,6% SÃO TERRAS ÁRIDAS.**

A DESERTIFICAÇÃO É A DEGRADAÇÃO PERSISTENTE DOS ECOSISTEMAS DE TERRAS ÁRIDAS POR MUDANÇAS NO CLIMA E NAS ATIVIDADES HUMANAS.



ILHA DE SÃO VICENTE-CABO VERDE



ENTRE RÍOS - ARGENTINA

Causas da desertificação

Identificar e compreender as causas, conseqüências e impactos associados à desertificação são fundamentais para o desenvolvimento de tecnologias e políticas públicas que ajudem na prevenção, contenção e recuperação das terras em regiões em que os processos de degradação estão em plena expansão, haja vista ser hoje a desertificação um dos mais sérios problemas sociais, econômicos e ambientais, já que ocorre em diferentes intensidades, em países dos Continentes Americano, Africano, Asiático, Europeu e Oceânico.

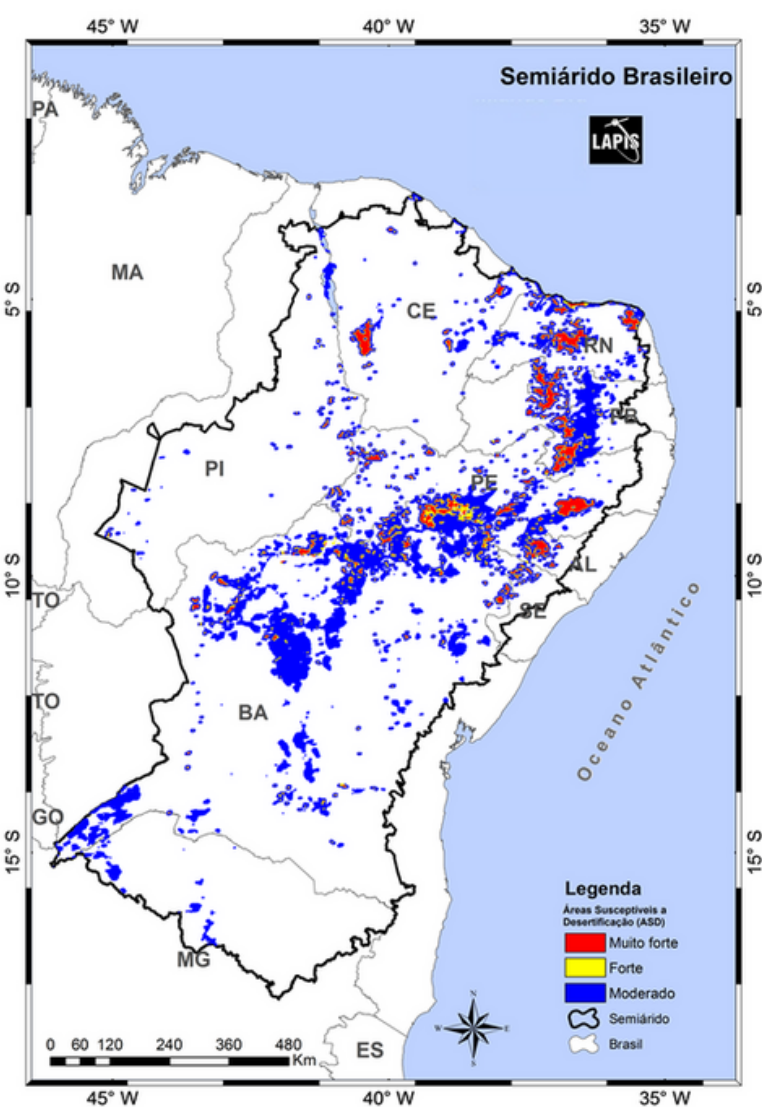
As causas da desertificação no mundo estão relacionadas com fatores naturais (mudanças climáticas, elevada susceptibilidade dos solos a processos erosivos, secas etc.) que tornamos ecossistemas mais vulneráveis a processos degradativos e; atividades humanas, apontadas pela maioria dos estudos como as principais causas da desertificação. Dentre as atividades humanas que mais contribuem para a desertificação das terras tem-se: cultivo excessivo dos solos, que contribui para perda da qualidade física, química e biológica dos mesmos; sobrepastejo que contribui para perda da fertilidade e aumento da compactação dos solos; desmatamento da vegetação nativa, que reduz a cobertura vegetal protetora do solo contra processos erosivos e; a prática da irrigação em terras sem aptidão agrícola para a atividade e, ou o uso de água de qualidade inapropriada para fins de irrigação,

fatos que provocam, dentre outros problemas, a salinização dos solos.

Efeitos das ações humanas como agentes causadores da desertificação são identificados desde meados do século XX, através de estudos pioneiros conduzidos por Albert de Aubreville na África Equatorial e por diversos outros estudos realizados por pesquisadores em diferentes partes do mundo, a exemplo dos estudos pioneiros no Brasil realizados pelo Prof. João Vasconcelos Sobrinho e Aziz Nacib Ab'Sáber, ao longo da segunda metade do século XX. Todos esses estudos destacando as ações humanas como agentes causadores da desertificação foram referendados desde a Primeira Conferência Mundial sobre Desertificação, realizada em Nairobi, Quênia, no ano de 1977, e por diversas outras conferências e reuniões científicas sobre o tema, tendo inclusive algumas sido realizadas no Brasil.

Combate a desertificação

Por envolver uma rede de interações ambientais, econômicas e sociais, a luta contra a desertificação não se resume a um protocolo de compromissos em agendas locais, mas de ações planejadas em nível global, a exemplo do que hoje ocorre com o enfrentamento das mudanças climáticas e de redução de gases do efeito estufa. As ações neste sentido devem envolver, não somente os governos,



Mapa da desertificação no Semiárido brasileiro (Fonte: Lapis-UFAL)

organizações internacionais e empresas nacionais e transnacionais, mas também gestores em níveis regionais e locais, de forma a direcionar ações concretas e específicas de combate a desertificação. Neste sentido, a adoção de medidas preventivas ou de atenuação de processos degradativos das terras, a exemplo de arranjos produtivos mais sustentáveis como os sistema de integração lavoura-pecuária-floresta; a recuperação das terras já degradadas; a popularização, através da educação ambiental, dos agentes causadores, impactos e conseqüências da desertificação sobre as populações das áreas atingidas pela desertificação; a implantação de políticas de segurança alimentar, geração de renda, combate a pobreza e vulnerabilidade social devem fazer parte do conjunto de medidas destinadas a prevenção e, ou recuperação das áreas susceptíveis e afetadas pela desertificação, principalmente em países ainda em desenvolvimento, onde a relação entre o avanço da desertificação e pobreza se mostra de forma bem mais evidente.

Para implantação e sucesso das medidas de caráter técnico/científico nos sistemas de produção agrícola, pecuário e florestal, há necessidade de avanços no conhecimento científico sobre a temática da desertificação, pois apesar do histórico de estudos sobre o tema não ser recente, há ainda a nível global, regional e local, pouco entendimento sobre quais indicadores devem ser utilizados para um correto diagnóstico do grau de susceptibilidade e, ou de ocorrência da desertificação, fato que compromete a determinação da real dimensão das áreas afetadas e de seus impactos ambientais, econômicos e sociais sobre as populações atingidas pelo processo de desertificação.

Diagnóstico de desertificação

A dificuldade na seleção de qual ou quais indicadores devem ser utilizados no diagnóstico da desertificação decorre da diversidade de variáveis ambientais, econômicas e sociais envolvidas no processo de degradação das terras sob desertificação. Neste sentido, instituições de ensino e pesquisa precisam se envolver mais na temática da desertificação, através da oferta na grade curricular dos cursos de graduação e de pós-graduação de disciplinas e seminários, bem como na definição de linhas de pesquisas relacionadas com a temática da desertificação. Embora a formação de profissionais nos níveis de graduação e de pós-graduação com conhecimento técnico/científico na temática da desertificação seja de extrema importância para o enfrentamento da desertificação, essa realidade é ainda incipiente, principalmente em países ainda em desenvolvimento, a exemplo da Argentina, Brasil e países do Continente Africano, fato de extrema importância, ao considerar que os cenários de alterações climáticas registrados ao longo das últimas décadas tende a aumentar a vulnerabilidade das terras à desertificação aos longo dos próximos anos.



"No Brasil as áreas susceptíveis à desertificação compreendem, atualmente, cerca de 1.340.863 km², abrangendo 1.488 municípios do Nordeste, além de alguns territórios de Minas Gerais e Espírito Santo".

(Humberto Barbosa, Prof. do Instituto de Ciências Atmosféricas)



FOTOS: Gilbués - Jaqueline Dalla Rosa (UFSB), Argentina - Marcelo G. Wilson (INTA), Cabo Verde - João da Luz Silva Vieira (UFRB)

Este documento foi elaborado por docentes da Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Sul da Bahia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que trabalham com a temática da Ciência do Solo em suas instituições de ensino e pesquisa: Cácio Luiz Boechat (UFPI); Jaqueline Dalla Rosa (UFSB); João Carlos Medeiros (UFSB); Julian Junio de Jesus Lacerda (UFPI); Júlio César Azevedo Nóbrega (UFRB); Patrícia Anjos Bittencourt Barreto-Garcia (UESB); Rafaela Simão Abrahão Nóbrega (UFRB) e Sueli Rodrigues (UFPI). Autor Correspondente: jcanobrega@ufrb.edu.br

